Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 10

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Salário mínimo de 2025 é R$ 106 maior que ano passado; veja reajuste 2

PORTAL UOL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Fraudes no INSS: Ex-procurador e empresários pedem para anular investigação 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Empresas irão testar a partir de julho sistemas operacionais da CBS 5

PORTAL UOL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Crédito de PIS/Cofins sobre publicidade digital: evolução jurisprudencial e desafios para as empresas
. 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
O comércio ilegal de canetas emagrecedoras 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Investimento público já é 80% feito por Estados e municípios 10

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Baker Tilly aposta em reforma tributária para crescer no Brasil 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Real valorizado 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Após 3 meses, imposto zero para importação de alimentos teve pouco efeito sobre preços
. 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
'Porta para novas altas na taxa Selic parece bem fechada' 19

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA
Aumento da taxa Selic eleva custo do crédito 22

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA
Ibovespa tem leve baixa após resultado do Fed 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Gigantes do turismo lideram última rodada de benefícios do Perse 25

Salário mínimo de 2025 é R$ 106 maior que ano passado; veja reajuste

Colaboração para o UOL

O valor atualizado do salário mínimo nacional passou a ser creditado pela primeira vez na conta dos trabalhadores em fevereiro, fixado em R$ 1.518,00.

Isso aconteceu porque, apesar do reajuste estar em vigor desde janeiro, o pagamento referente ao mês só é efetuado no mês seguinte. Dessa forma, os holerites de fevereiro já apresentam o novo valor.

O salário mínimo corresponde ao menor montante mensal que um profissional pode receber por seu trabalho formal. Ele também serve de base para cálculos de benefícios trabalhistas, assistenciais e previdenciários pagos pelo governo federal.

O novo valor representa um aumento de R$ 106, o que equivale a 7,5% de reajuste, superando a **inflação** do período. No entanto, o crescimento foi limitado devido às restrições orçamentárias aprovadas no final de 2024.

A antiga regra para definir o salário mínimo incluía a variação da **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - mais favorável ao trabalhador que o IPCA, considerado índice oficial de **inflação** - somada ao crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto). Se ainda estivesse em vigor, o piso chegaria a R$ 1.525.

Com a mudança de critério, uma nova cláusula foi adicionada: o reajuste agora deve respeitar um limite de 2,5% no aumento das despesas públicas, independentemente do crescimento do **PIB**. Ou seja, mesmo que a economia cresça 3,2%, o ajuste será limitado a esse teto.

O valor do salário mínimo influencia diretamente em aposentadorias do **INSS** e programas sociais, impactando o orçamento federal. Por isso, o governo tem adotado medidas para conter altas expressivas, buscando evitar pressão fiscal em um cenário de controle de gastos.

Site:
https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/06/20/piso-nacional-do-salario-minimo-de-2025-e-r-106-maior-que-ano-passado.htm

Fraudes no INSS: Ex-procurador e empresários pedem para anular investigação

Mateus Coutinho

O ex-procurador do **INSS** Virgílio Antônio Filho e os empresários Maurício Camisotti e Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do **INSS**", pediram à Justiça Federal em Brasília a anulação da investigação sobre fraudes em descontos na **Previdência Social** de aposentados.

Acusados de envolvimento no esquema de desvios questionam o compartilhamento de relatórios do Coaf com a Polícia Federal. As solicitações estão sob sigilo e foram apresentadas à 15ª Vara Federal em Brasília, onde tramita o principal inquérito sobre as fraudes do **INSS**. Na mira dessa investigação, estão ex-dirigentes do órgão.

A PF não poderia ter solicitado relatórios financeiros sem juiz autorizar. Os suspeitos usaram um entendimento recente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), segundo o qual a PF não poderia solicitar diretamente ao Coaf a produção de relatórios de inteligência financeira (os chamados RIFs) sem ter havido uma autorização prévia do juiz do caso.

A investigação utilizou os relatórios do Coaf para mapear as transações financeiras entre os suspeitos. Essas informações também embasaram pedidos para mandados de buscas e de quebras de sigilo contra os investigados.

Para as defesas, tudo o que foi feito a partir dos relatórios deveria ser invalidado. Advogados desses três investigados argumentam que a tese permitira anular atos da investigação.

Os pedidos aguardam análise da 15ª Vara Federal. Além dos relatórios do Coaf, a PF usa no inquérito auditorias da CGU (Controladoria-Geral da União) e do TCU (Tribunal de Contas da União) que apontaram as suspeitas de fraudes.

Entendimento já foi usado para anular relatórios do Coaf em inquérito que tramita em São Paulo. Juiz da 4ª Vara Federal em São Paulo, Massimo Palazzolo acatou , no dia 6 de junho, argumentos apresentados pela Ambec, uma das entidades investigadas.

Juiz manteve inquérito em andamento. Ele negou o pedido de anular todo o inquérito por entender que há outros elementos que justificam a existência da investigação.

STF derrubou a decisão do juiz de primeira instância. A PGR (Procuradoria-Geral da República) questionou a decisão. O ministro Flávio Dino, relator do recurso no Supremo Tribunal Federal, derrubou a decisão da Justiça Federal de São Paulo. Ele reafirmou que o STF já determinou que o órgão pode compartilhar informações com as autoridades policiais.

STF diz que é constitucional. O Supremo determinou que é constitucional o compartilhamento direto de relatórios do Coaf e da **Receita Federal** com a polícia, seja de maneira espontânea ou a pedido dos policiais, para embasar investigações, independentemente de autorização judicial.

Em maio, o STJ contrariou esse entendimento. Em julgamento na segunda instância, foi apontado que o STF não tinha deixado claro que seria legal o compartilhamento de relatórios a pedido da PF sem autorização do juiz do caso.

PGR já questionou entendimento do STJ. Um recurso foi apresentado em sigilo ao Supremo Tribunal Federal e está sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes, mas ainda não foi julgado. Cristiano Zanin, ministro do STF, derrubou em novembro de 2023 outra decisão semelhante do STJ, alegando justamente que ela contrariava o entendimento do Supremo.

A PF aponta que o ex-procurador do **INSS** teria recebido propina . Ao cruzar dados do Coaf com mapeamento de empresas e entidades ligadas aos suspeitos de envolvimento no esquema, os investigadores identificaram que pessoas físicas e jurídicas relacionadas a Virgilio receberam R$ 12 milhões das entidades investigadas desde o início de 2023.

Cerca de R$ 7,5 milhões foram repassados à empresa de mulher de Virgílio. Segundo apuração da PF, o montante foi enviado por uma firma de Antunes a uma empresa da mulher de Virgílio, Thaisa Hoffmann Jonasson. A PF identificou que os valores foram transferidos em apenas cinco meses, de fevereiro a junho de 2024.

Virgílio foi afastado do cargo em abril. Ele foi um dos

retirados do cargo durante a operação Sem Desconto, deflagrada em abril deste ano.

Camisotti é apontado pela PF como receptor dos desvios. Seu nome apareceu em uma série de reportagens do portal Metrópoles sobre as fraudes, desde 2023. A partir das reportagens, a PF chegou a uma teia de empresas do setor de saúde e de seguros. "Laranjas" ligados a ele teriam atuado na direção de entidades e repassado cerca de R$ 43 milhões a suas empresas. Os valores foram descobertos a partir dos relatórios do Coaf.

Empresário não aparece como investigado no inquérito em Brasília. Camisotti é alvo somente na investigação em São Paulo. Ainda assim, sua defesa havia pedido que os relatórios que citam seu nome na investigação do DF fossem retirados dos autos.

Operação Sem Desconto derrubou a cúpula do **INSS** e ministro da Previdência. Além de Virgílio Filho, que teve nome envolvido nas suspeitas de fraudes, o então presidente do órgão, Alessandro Stefanutto, teve de deixar o cargo . Carlos Lupi, que estava à frente da Previdência, também foi demitido por ter demorado a agir .

A PF queria fazer buscas antes, mas segurou para apurar envolvimento de dirigentes. Como mostrou o UOL , a PF queria fazer buscas contra os empresários suspeitos desde, pelo menos, julho de 2024, mas a operação só foi às ruas em abril deste ano devido a uma estratégia da PF e do Ministério Público para atingir dirigentes do **INSS** e várias entidades suspeitas de uma só vez.

Trecho do pedido da defesa de Antunes à Justiça Federal em Brasília

Trecho do pedido da defesa de Maurício Camisotti à Justiça Federal em Brasília

A advogada de Virgílio reafirma tese. Izabella Borges disse, em nota, que todas as provas produzidas a partir dos relatórios do Coaf devem ser anuladas. Segundo ela, "os Relatórios de Inteligência Financeira foram anexados aos autos pela Polícia Federal sem decisão judicial que autorizasse seu compartilhamento. Devem, portanto, ser desentranhados dos autos os RIFs, assim como reconhecida a nulidade das provas produzidas a partir desses documentos".

A defesa de Antunes não comentou. Disse que só vai se manifestar após haver uma decisão judicial.

Defesa de Camisotti nega crime. Diz que não pediu anulação da investigação, somente do material produzido a partir dos relatórios do Coaf. Em nota, a defesa afirma que todas suas movimentações financeiras são lícitas, possuem origem comprovada e foram declaradas às autoridades.

Nota da defesa de Maurício Camisotti encaminhada ao UOL

Site: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/06/20/fraudes-ex-procurador-do-inss-e-empresarios-pedem-anulacao-de-inquerito.htm

Empresas irão testar a partir de julho sistemas operacionais da CBS

Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** dará início a partir de Io de julho ao projeto-pi-loto para que as empresas testem os sistemas operacionais da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o novo tributo federal criado com a **reforma tributária** do consumo. A expectativa é que cerca de 500 empresas sejam chamadas ao longo do segundo semestre deste ano para participar do programa. A CBS vai substituir, a partir de 2027, o PIS, a Cofins, o IOF-Seguros e, parcialmente, o IPI.

Segundo o Ministério da Fazenda, as empresas participantes do piloto terão acesso às seguintes funcionalidades que estão sendo desenvolvidas pela Receita e pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Ser-pro): Portal da **Reforma Tributária**, simuladores para inclusão de documentos fiscais, simuladores de pagamentos, calculadora da CBS, sistema de apuração assistida, módulo de devoluções (transferências e ressarcimentos) e módulo do cashback (devolução de tributo para consumidores de baixa renda).

Uma portaria foi publicada no Diário Oficial da União de terça- feira pelo secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, disciplinando as regras desse projeto-pi-loto. O objetivo, diz o governo, é "possibilitar a realização de testes, a validação e o aprimoramento relativos às soluções tecnológicas necessárias à implementação da CBS" e "estimular a adoção de medidas para adequação tempestiva por parte dos contribuintes e dos setores econômicos".

De acordo com a portaria, serão convidadas empresas que: participam do Confia (programa de conformidade do Fisco destinado a grandes empresas), que tenham aderido ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e/ou sejam indicadas pelo Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ou entidades representativas do setor de tecnologia da informação ou de segmentos econômicos.

A participação no projeto-pilo-to terá "caráter não vinculante, não oneroso e exclusivamente colaborativo, não gerando qualquer direito ou vantagem, obrigação tributária ou expectativa de tratamento diferenciado". A lista de empresas selecionadas e que aceitaram o convite será publicada no Diário Oficial da União. As empresas também serão chamadas aos poucos, conforme o desenvolvimento técnico das soluções.

Questionada pelo Valor se há o risco de a seleção de empresas gerar judicialização ou assimetria de informações, já que um conjunto de empresas poderá ter acesso aos sistemas antes de a reforma entrar em vigor, a Fazenda afirmou que não vê esses riscos. "A participação no Piloto RTC - CBS não gera qualquer vantagem competitiva. Trata-se de um ambiente de testes técnicos, sem efeitos jurídicos ou tributários, cujo objetivo é aprimorar os sistemas em desenvolvimento. O ingresso no Piloto não confere prioridade, exclusividade nem acesso antecipado a regras fiscais definitivas."

A pasta também explica que todos os manuais, especificações técnicas, Interface de Programação de Aplicações (API), estrutura da Nota Fiscal Eletrônica (XML) e orientações operacionais serão disponibilizadas publicamente a todas as empresas, em "tempo hábil para adequação".

No próximo ano, começará a fase de testes oficial da CBS e do IBS, mas serão exigidas somente contribuições acessórias. A co-

brança da CBS entra em vigor no ano de 2027 e a do IBS, gradualmente, a partir de 2029.

Para Maurício Barros, sócio do escritório Cescon Barrieu, o teste é positivo. Os contribuintes estão preocupados com relação à implantação do sistema pela **Receita Federal**, por isso, na medida em que for possível realizar testes e ver como o sistema da CBS vai funcionar, haverá maior segurança, avalia o advogado.

Por mais que o universo de empresas que fará o teste seja pequeno, provavelmente farão parte grandes companhias, observa Barros, com volume de operações e complexidade, o que vai permitir à Receita aprimorar o sistema.

"É uma mudança muito grande no paradigma de apuração de **tributos**. Hoje o contribuinte

apura sozinho, informa, declara e fica cinco anos torcendo para tudo dar certo e, se errou, toma multas

pesadas. Essa forma de apuração mais compartilhada e colaborativa é saudável para evitar surpresas e ter maior previsibilidade", afirma Barros.

Mareio Alabarce, sócio da área tributária no Canedo, Costa, Pereira e Alabarce Advogados, também vê com otimismo a iniciativa do governo. "É praticamente um sandbox fiscal com o objetivo de testar o novo sistema e suas funcionalidades", diz.

Ele pondera, apenas, que é importante que a Receita dê transparência a toda a sociedade acerca desse trabalho. "Esses 500 selecionados devem ser uma amostra representativa dos diferentes portes, segmentos econômicos e também

abranger um número razoável de cada um dos regimes especiais, diferenciados e específicos dessa nova matriz tributária. Algo que a **Receita Federal** pocleria fazer seria disponibilizar o sistema para acesso geral, como no passado se fez em alguma das versões do Sisco-mex, em que havia um modo de treinamento disponível", afirma.

Barros observa que existem empresas que vão querer participar do piloto, o que pode gerar disputa dentro das entidades setoriais com relação aos indicados, mas também existem empresas que têm receio de abrir suas informações para a Receita e vão preferir ficar fora dos testes. "Na medida em que existir um período de teste, tendemos a ter um sistema funcionando bem", diz o advogado.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188237?page=18&section=1

Crédito de PIS/Cofins sobre publicidade digital: evolução jurisprudencial e desafios para as empresas

A digitalização de serviços e o crescimento de empresas que operam exclusivamente em plataformas virtuais levantaram novas questões sobre a tributação da receita. Uma das principais é se os gastos com publicidade digital podem ser considerados insumos para fins de apuração de créditos de PIS/Cofins no regime não cumulativo.

Essa dúvida tem impacto direto no caixa de empresas digitais, que frequentemente investem parcelas significativas de seu orçamento em marketing online como forma de alcançar clientes, já que não operam com lojas físicas, representantes ou canais presenciais. Na prática, essas despesas deixaram de ser apenas promocionais e passaram a ser estruturais para o funcionamento do negócio.

Do ponto de vista legal, o creditamento está previsto nos artigos 3º, II, das Leis nº 10.637/2002 (PIS) e nº 10.833/2003 (Cofins). Nesses dispositivos, é permitido o desconto de créditos sobre "bens e serviços utilizados como insumo" na prestação de serviços ou na produção de bens. O problema sempre foi saber o que exatamente é um "insumo" para cada tipo de atividade econômica.

Em 2018, o STJ, no julgamento do REsp nº 1.221.170/PR, pelo rito dos recursos repetitivos, estabeleceu uma tese: o conceito de insumo deve ser aferido a partir dos critérios de essencialidade e relevância. Isso quer dizer que, para gerar crédito, o gasto deve ser imprescindível à prestação do serviço ou especialmente relevante para sua execução, considerando as particularidades do negócio.

Com base nesse entendimento, a **Receita Federal** editou o Parecer Normativo Cosit nº 5/2018 e, posteriormente, a Instrução Normativa nº 2.121/2022, incorporando esses critérios à interpretação oficial. Contudo, mesmo após essa orientação, a aplicação prática do conceito ainda varia conforme o tipo de empresa, e a maioria das decisões do **Carf** e do TRF 3 segue resistindo ao enquadramento de despesas com marketing como insumos.

Realizamos uma pesquisa sobre o tema considerando o período entre 2012 e 2025. Foram encontrados 79 acórdãos do **Carf** e 69 decisões do TRF3. A maioria das decisões nega o crédito quando: (i) a atividade de marketing não está prevista no objeto social da empresa; (ii) quando a atividade preponderante é comercial ou (iii) os gastos não estão diretamente ligados à execução do serviço. Essa visão se aplica principalmente a empresas de varejo ou indústria, onde o marketing costuma ser visto como um custo de apoio à venda -e não como parte essencial da atividade prestada.

Esse cenário começou a mudar com o julgamento do caso da empresa NS2.com Internet S.A. ("Netshoes") pelo **Carf**, em janeiro de 2025 (Acórdão nº 3201-012.196). A empresa, que atua exclusivamente online, teve reconhecido o direito ao creditamento de PIS/Cofins sobre gastos com publicidade digital. A decisão foi baseada no fato de que a empresa não possui estrutura física e depende integralmente da publicidade online para alcançar clientes. A ausência dessas despesas, portanto, comprometeria a viabilidade do próprio serviço prestado.

Sem dúvida, trata-se de um precedente importante, pois reconhece a singularidade das empresas digitais e aplica corretamente os critérios do STJ. Entretanto, a decisão não tem efeito vinculante e tampouco passou pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, o que significa que outras turmas do **Carf** podem adotar interpretações distintas.

Antes desse julgamento recente, outro precedente favorável foi o caso Visa (Acórdão nº 3201-005.668), em que se reconheceu que os gastos com marketing eram parte essencial do modelo de negócios da empresa, por estarem diretamente ligados ao uso de sua marca por emissores e credenciadores de cartões. Nesse caso, um elemento relevante foi a constatação da atividade de publicidade no objeto social da empresa. Em ambos os casos, teve peso importante a capacidade de demonstrar que as despesas estavam diretamente ligadas à geração de receita.

Para empresas que operam exclusivamente no ambiente digital, esse tipo de gasto pode e deve ser analisado sob o prisma da função estrutural que a publicidade exerce. Não se trata apenas de divulgação

institucional, mas de um verdadeiro canal operacional de acesso ao mercado. Esse argumento está presente no voto vencido do caso Netflix (Acórdão nº 3302-012.005), que foi julgado antes dos casos Visa e Netshoes.

A importância desse tema ganha contornos ainda mais expressivos no contexto da **Reforma Tributária** do consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025. A partir de 2027, o PIS e a Cofins serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de caráter federal. A legislação assegura que os créditos não aproveitados até essa data poderão ser utilizados com a CBS ou mesmo ressarcidos, desde que escriturados corretamente.

Ou seja, as decisões que as empresas tomarem agora terão reflexo nos próximos anos. Adotar uma estratégia de creditamento exige mais do que tese jurídica: é indispensável reunir documentação adequada, como contratos, notas fiscais, comprovantes de campanhas digitais e relatórios de performance. Em casos mais sensíveis, a elaboração de laudos técnicos pode ser determinante para comprovar a essencialidade dos gastos.

O marketing digital tem se consolidado como fator essencial para a operação de empresas nativas da internet. A jurisprudência começa a reconhecer essa realidade, ainda que timidamente. Enquanto isso, cabe às empresas organizar suas operações fiscais e contábeis com critério, de olho na transição para a CBS e na eventual consolidação de uma interpretação mais alinhada com a economia digital.

Notícias Relacionadas:

FOLHA ONLINE - SP
Crédito de PIS/Cofins sobre publicidade digital: evolução jurisprudencial e desafios para as empresas

Site: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/06/credito-de-piscofins-sobre-publicidade-digital-evolucao-jurisprudencial-e-desafios-para-as-empresas.shtml

O comércio ilegal de canetas emagrecedoras

Diariamente, assistimos à apreensão - por via terrestre ou aérea - de um novo carregamento contrabandeado de canetas injetáveis para emagrecimento pela **Receita Federal** e Polícia Federal. Na última quarta-feira (18/6), cerca de 400 unidades foram interceptadas na Ponte Internacional da Amizade, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, ponto conhecido dos agentes federais, que ultimamente têm aumentado a fiscalização na região.

Geralmente, é uma carga cara. Cada uma dessas canetas emagrecedo-ras custa, em média, US$ 340 - o equivalente a R$ 1.868 (cotação média atual), quantia que ultrapassa R$ 747 mil -, um valor considerável, sendo esta a maior apreensão desse tipo de mercadoria feita pela **Receita Federal** no Brasil até hoje. Nos primeiros quatro meses do ano, foram apreendidas 1.095 canetas.

No Rio de Janeiro, este mês, a Polícia Civil deflagrou uma operação com o intuito de reimprimir a atuação de uma organização criminosa responsável pela importação e venda ilegal das canetas injetáveis. Essa busca desenfreada também levou os golpistas para as redes sociais. As fraudes chegaram aos ouvidos da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), que emitiu um **comunicado** alertando sobre anúncios falsos que davam a entender que a vigilância sanitária havia concedido o aval para a venda pela internet.

E a criatividade dos bandidos não tem fim. Muitos deles criam métodos inusitados de contrabando, como disfarçar as canetas como se fossem ca-netinhas infantis, guardá-las na cueca, em fundos falsos, presas ao corpo ou

dentro de embalagens de cosméticos.

Se o número de registros envolvendo o contrabando desses medicamentos está crescendo, é porque a recepta-ção tem aumentado na mesma medida - a exemplo do tráfico de drogas. Isso sem falar em ocorrências menores, como furtos e arrombamentos a farmácias, promovidos por gangues locais com foco nas prateleiras onde ficam as tais canetas.

No entanto, esse comércio irregular não somente compromete a eficácia do medicamento - auxiliar a perda de peso - como configura crime contra a saúde pública. Além de ser um produto de uso controlado, inclusive, vendido somente com prescrição médica, dosagem individualizada e sob acompanhamento médico, o armazenamento e o transporte das canetas são extremamente complexos. Há caixas térmicas específicas, embalagens para cada tipo de medicamento e dispositivos que medem a temperatura em tempo real.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 50% dos medicamentos termolábeis chegam ao consumidor final com perda de qualidade devido às falhas no controle de temperatura durante o transporte, uma porcentagem bastante alta em se tratando de produtos para a saúde. Ou seja, quem quer que adquira uma dessas canetas emagrecedoras via contrabando corre o risco de comprar um place-bo ou ter reações adversas inesperadas.

A boa notícia é que, recentemente, a Anvisa tornou a fiscalização mais rigorosa, restringindo a compra do medicamento a um prazo de 90 dias, mediante retenção da prescrição médica. Resta saber se essa medida fará com que o contrabando cesse

Site:
https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7495/20-06-2025.html?all=1

Investimento público já é 80% feito por Estados e municípios

Os Estados e municípios assumem um papel cada vez mais importante nos investimentos públicos. A fatia dos governos estaduais e prefeituras nos investimentos do governo geral avançou de 65% em 2019 para 80% no ano passado. No setor público total, incluindo os investimentos das estatais federais, a fatia subiu de 42% para 60%. Em 2024 os investimentos municipais cresceram 152% ante 2019, já descontada a **inflação**. O aumento dos estaduais foi de 159%. Da União foi de 19%.

Para 2025 e 202 6, a expectativa é que os municípios desacelerem esses gastos enquanto os Estados assumam protagonismo, com elevação de 25,2% em 2025 e de 29,8% em 2026 nos investimentos, já descontada a **inflação**. Eleições em 2026 combinadas com disponibilidade de caixa relativamente alta, maturação de projetos relacionados a operações de crédito e impacto do Propag, o generoso programa de renegociação de dívidas com a União, devem propiciar isso, a despeito dos juros elevados.

As projeções são cie estudo dos economistas Rodolfo Margato e Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos. Os dados da evolução de investimentos até 2024 basearam-se nos relatórios de execução orçamentária. No caso das estatais federais foram considerados os planos de investimentos divulgados.

Dentro do investimento público, explica Sbardelotto, o estudo buscou separar os desempenhos de União, Estados, municípios e também de empresas estatais federais. "Apesar de ser uma parcela menor do total, o investimento do setor público está crescendo muito, como cresceu muito nos últimos anos, e pode de fato, puxar o investimento total para cima." Pelos dados do estudo, o investimento público total incluindo estatais federais cresceu 77,7% de 2019 a 2024, em termos reais. Os dados do estudo estão em valores atualizados para 2026 pelo IPCA observado até 2024 e projetado para 2025 e ano que vem.

Puxada pelos Estados, a formação bruta de capital fixo (FBCF) do setor público deve crescer 9,1% neste ano e 11,8% em 2026. A FBCF é a meclida dos investimentos dentro do **PIB** do país. A FBCF do setor privado, que cresceu 6,6% em 2024, deve desacelerar para 3,3% em 2025 e cair 0,5% no ano que vem, pelas estimativas do estudo. A desaceleração vem sob peso das taxas de juros mais altas. A política monetária pesa menos sobre os investimentos públicos, que tendem a ser mais suscetíveis aos ciclos eleitorais, explica Sbardelotto. "Enquanto o investimento privado desacelera neste ano e entra num momento de até certa retração no ano que vem, o investimento público deve continuar acelerando e contribuindo de forma preponderante para o crescimento do investimento em 2025 e 2026, com destaque para Estados."

As estimativas para investimentos públicos e privados, diz o estudo, são consonantes com projeção da XP de aumento, em 2025, de 4,5% da FBCF total, pública e privada. Para 2026 a estimativa é de crescimento de 1,6%. No ano passado a FBCF total dentro do **PIB** cresceu 7,3% em 2024, após queda de 3% em 2023.

Até 2018, lembra Sbardelotto, a União tinha a maior parcela de investimentos na comparação com Estados e municípios. Isso mudou nos últimos anos e uma das razões foi a existência de regra fiscal com limitação ao crescimento de gastos públicos.

A expansão das despesas obrigatórias, explica, deixou espaço cada vez menor para os gastos discricionários. Considerando isso, as estimativas no caso da União consideraram a evolução das despesas discricionárias e, dentro delas, dos investimentos.

Também foi considerado o investimento mínimo, de 0,6% do **PIB**, do atual arcabouço fiscal. Foi também analisado o nível de investimento máximo possível, considerando, entre outros, a destinação mínima a gastos com saúde e educação e o corte necessário para cumprir as metas de resultado primário na banda mínima estabelecida, com tolerância de 0,25p.p. Com base nisso, a estimativa é que o investimento federal eleve crescer apenas 1,1% em 2025 e 2,1% em 2026, sempre em termos reais.

No caso de Estados e municípios, a abordagem foi diferente e houve avaliação de três variáveis. A primeira foi a existência de espaço fiscal, considerando que se as receitas desses entes forem suficientes para atingir a própria meta de resultado primário, "o que sobra" vira investimento.

Para Sbardelotto, tanto para Estados quanto para municípios não deve existir, em 2025 e 2026, espaço fiscal decorrente de um aumento de receitas muito acima do de despesas, como observado em 2021 e

2022. "Estamos numa economia em desaceleração. E a receita de ICMS e ISS [principais **tributos** arrecadados por Estados e municípios, nessa ordem] é muito relacionada à atividade econômica, assim como as transferências obrigatórias da União via FPM [Fundo de Participação dos Municípios] e FPE [Fundo de Participação dos Estados]." Do lado das despesas, gastos importantes, diz, como de pessoal, devem manter tendência de crescimento constante.

A única possibilidade de folga no espaço fiscal viria da menor necessidade de resultado primário nos próximos anos, algo que pode ser propiciado pelo Propag, diz. Se o programa federal de renegociação de dívidas permitir a redução dos pagamentos à União, explica, isso diminui a necessidade cie poupança dos Estados, o que libera recursos para investimentos. E a regulação do Propag, diz, estabelece condições, como investimentos em educação, exemplifica.

Por isso, diz, o estudo considerou a abertura de espaço fiscal que pode ser dada pelo Propag para calcular a folga que pode ser aberta pelo programa nos próximos dois anos. O cálculo, diz, considerou as projeções de nota técnica do Secretaria do Tesouro Nacional com estimativas de impacto da adesão ao programa, no cenário em que os Estados fazem amortização do estoque da dívida.

O segundo critério analisado no estudo foi a disponibilidade de caixa. O estudo considerou recursos efetivamente livres, que não estão carimbados ou comprometidos com restos a pagar. Por esse critério, os Estados fecharam 2024 com disponibilidade de R$ 50,7 bilhões enquanto a dos municípios foi de R$ 25,2 bilhões. "Os municípios ainda têm algum valor livre, mas é bem menor porque houve um gasto em 2023 e 2024 em razão das eleições no ano passado. Os Estados estão em posição bem melhor."

Há no setor público, cliz Sbardelotto, grande influência do ciclo político sobre os investimentos. "A regra geral é: se houver espaço para gastar em eleição, será gasto. Essa tendência é clara e os Estados estão com gordura."

Esse acúmulo de caixa veio em grande parte de transferências federais no período da pandemia e de fatores conjunturais que favoreceram a arrecadação no período de 2021 e 2022, o que ele-

"Dados mostram que União perdeu poder de indução de políticas públicas" Ursula DiasPeres

vou a receita de ICMS e também os repasses da União.

O terceiro fator, diz Sbardelotto, são as operações de crédito. As concessões de crédito garantido aumentaram em 2023 e 2024 tanto para Estados quanto para municípios. Considerando os valores já desembolsados, aponta o estudo, o total de operações de crédito às duas esferas chegou a R$ 51,3 bilhões em 2024 e a R$ 40,1 bilhões em 2023.Em 2021 e2022 foram de R$ 20,2 bilhões e R$ 26,9 bilhões, nessa ordem. O estudo considerou que a tendência obseivacla nos dois últimos anos deve continuar em 2025 e 2026.

Renata dos Santos, secretária de Fazenda de Alagoas, diz que os Estados em geral conseguiram contratar volume maior de operações de crédito no últimos dois anos. Os projetos amadureceram e devem virar investimentos este ano e no próximo, o que faz parte da evolução natural dentro de um mandato, explica. No caso de Alagoas, diz, o ritmo de investimentos se manteve relativamen-

te alto porque houve uma sucessão política do mandato anterior, com a eleição de Paulo Dantas (MDB) para o cargo de governador do Estado que ocupava desde maio de 2022.

Santos diz que percebe "uma acomodação" na arrecadação. "Provavelmente não teremos o crescimento tributário dos dois últimos anos. Esperamos aderir ao Propag e teremos investimentos ligados a isso. Então, independentemente de a nossa arrecadação desacelerar ou não, teremos espaço para elevar investimentos." No ano passado, diz ela, Alagoas investiu o equivalente a 19,4% da Receita Corrente Líquida (RCL). Este ano o nível deve ficar entre 10% e 15% da RCL, mas em 2026 o espaço pode aumentar, embora o tema ainda dependa de direcionamento político.

No Paraná a expectativa é de aumento de investimentos em 2025, após valor recorde de R$ 6,4 bilhões em 2024, diz o secretário de Fazenda do Estado, Norberto Orti-gara. Para este ano, diz, a lei orça-

mentária prevê R$ 6,3 bilhões em investimentos. "Mas isso pode chegar a R$ 7 [bilhões], R$ 8 [bilhões], R$ 9 [bilhões] ou R$ 10 bilhões, conforme a capacidade de execução. Nossa ousaclia é maior." In-fraestintura rodoviária, habitação popular e segurança pública estão entre as principais áreas que receberão investimentos. Segundo o secretário, o governo paranaense tem R$ 16 bilhões em disponibilidade de caixa livre. A arrecadação do Estado neste ano, diz, jã sente um "cheirinho de desaceleração". Decreto da última semana, cita, prevê remanejamento de gastos de RS 2,3 bilhões no orçamento.

Para Guilherme Mercês, CEO da Future Tank e ex-secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, o Propag deve ser um "impulsionador", juntamente com as operações de crédito, direcionadas a investimento. "Podemos esperar, sim, altos investimentos dos Estados no ano que vem. Primeiro por causa do ciclo eleitoral e também apoiado por um caixa ainda muito forte, num quadro muito parecido com o que vimos na maioria das prefeituras no ano passado", diz Mercês.

Para Ursula Dias Peres, professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP), hã investimentos importantes, mas a grancle questão é como eles se conjugam no atual federalismo. Não se sabe qual a sustentabilidade disso, ressalta, dentro do novo regra-mento que vem a partir da implementação da **reforma tributária** sobre consumo. "Os dados mostram que a União perdeu poder de indução para definir um rumo para políticas públicas. Cada Estado pode rumar para o lado que considerar mais interessante."

Olhando à frente, observa Mercês, a principal pergunta, tanto no nível federal, como estadual e municipal, é o que será das contas públicas após a eleição de 2026, quando o caixa deve estar menor, em meio a cenário com crescimento econômico também menor. "Para a União, a dúvida é se será possível passar 2026 sem fazer ajustes. E essa dúvida se replica, obviamente, para parte dos Estados e cios municípios."

Considerando as variáveis levantadas no estudo, diz Sbardelotto, os municípios muito provavelmente devem ter um recuo neste ano nos investimentos por causa do ciclo de ajuste, dado o espaço fiscal reduzido e a base alta de comparação. "No ano que vem há uma retomada, mas em nível menor", diz. Pelo estudo, os investimentos municipais devem cair 6,1% em 2025 ante 2024. Em 2026 deve haver alta de 0,9%.

O levantamento também incluiu investimentos de estatais federais. Nesse grupo, diz Sbardelotto, esses gastos são puxados por Petrobras, com 88,9% dos investimentos, seguido de Banco do Brasil e CEF. Esses investimentos totalizaram R$ 106,7 bilhões em 2024, valor próximo aos R$ 110,3 bilhões dos Estados. No ano passado, com eleições de prefeitos, os investimentos municipais alcançaram R$ 150,9 bilhões. Pelo estudo, os investimentos das estatais federais devem crescer 18,8% em 2025 e 9,5% no ano que vem, sempre reais, em valores constantes de 2026.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188237?page=18&section=1

Baker Tilly aposta em reforma tributária para crescer no Brasil

Victor Meneses De São Paulo

Com forte presença no segmento de médias empresas, a Baker Tilly International, oitava maior auditoria do mundo, tem encontrado espaço de crescimento no Brasil, principalmente em razão da prestação de serviços ligados a **reforma tributária** e ICMS. Nessa área, a empresa pretende ampliar sua atuação em cerca de 30%.

Ainda em período de regulamentação, a **reforma tributária** tem gerado no mercado mais perguntas do que respostas. Em eventos organizados nos escritórios da Baker Tilly em Porto Alegre e São Paulo, foi identificado um alto grau de desconhecimento dos empresários sobre o tema, comenta Alexandre Labetta, presidente da Baker Tilly Brasil. Para ele, grande parte da classe empresarial ainda não entendeu os reais impactos da reforma, tanto na carga tributária quanto nos processos internos das companhias.

Labetta comenta que a Baker Tilly Brasil tem sido contratada por clientes para simular a carga tributária pós-efeitos da reforma e, na maioria dos casos, a auditoria identifica um aumento dos **impostos**, principalmente para as atividades que atendem o consumidor final-pessoa física. Ele estima que, para um determinado setor manter a rentabilidade atual, antes da reforma, seria necessário um aumento de preços na ordem de 37%.

"Há também muitas dúvidas que o governo ainda não esclareceu. Uma delas é a possibilidade do fim dos parcelamentos, dado o fato de que os **impostos** tendem a ser recolhidos na fonte. Hoje, você apura dentro de casa, calcula os **impostos** e depois faz o recolhimento. Pela forma como [a reforma] está proposta, entendemos que o pagamento vai ser feito de forma direta", acrescenta.

Com escritórios em cinco Estados -São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul e Bahia -, a Baker Tilly tem investido fortemente no Brasil, consolidando-o como seu principal mercado na América Latina. Em 2024, a operação brasileira registrou melhora de 15% no faturamento, com projeção de manter o mesmo patamar de crescimento anual pelos próximos cinco anos.

Em visita ao Brasil, Francesca Lagerberg, presidente da Baker Tilly International, com sede na Inglaterra, ressaltou a importância do país para os negócios da auditoria. Segundo ela, o país é visto como um exemplo a ser seguido na região da América Latina e um mercado com "massivas oportunidades", não descartando possíveis fusões e aquisições.

Em abril, a Baker Tilly anunciou uma fusão com a Moss Adams nos Estados Unidos, movimento que elevou seu faturamento para US$ 3,1 bilhões. Ao Valor, Francesca afirmou que a união entre Baker Tilly e Moss Adams não apenas fortalece a atuação geográfica, especialmente na Costa Oeste dos EUA, como também eleva a qualidade dos serviços oferecidos.

"É uma combinação maravilhosa. A Moss Adams tem uma qualidade que se encaixa perfeitamente com a da nossa firma", comentou a executiva.

Com a fusão, a Baker Tilly passou da 11 - para a 6â posição entre as maiores firmas de auditoria e consultoria dos EUA. "Isso nos permite oferecer um nível mais profundo de serviço, com grandes capacidades em ambas as firmas", ressaltou Francesca.

No Brasil, o foco segue em "crescimento orgânico", mas sem descartar a possibilidade de aquisições de empresas que tenham a mesma cultura. No entanto, Alexandre destaca que ainda é preciso complementar a cobertura regional, citando planos de expansão para Pernambuco, Ceará e Paraná.

"Nós tem um plano estratégico para cobrir essas regiões, e obviamente isso pode ser através de crescimento orgânico, por meio da montagem de um escritório local, ou eventualmente integrar uma firma", diz.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188237?page=10&section=2

Real valorizado

Após mais uma alta de juros determinada pelo Comitê de Política Monetária (Co-pom) na quarta-feira, subindo a Taxa Selic para 15% ao ano -a maior desde 2006 -, a tendência é o dólar recuar mais ainda, com efeito na **inflação**. Segundo especialistas, a valorização do real nos últimos meses já aparece nos índices de preços, a ponto de começarem a surgir projeções para o índice de Preços ao Consumidor Amplo (ÍPCA) menores que 5% este ano. Projeções acima do teto da meta de 4,5% foram um dos argumentos usados pelo Banco Central para a sétima alta seguida de juros.

No ano, a moeda americana já caiu 12%, saindo de R$ 6,30 em janeiro para R$ 5,49 no fechamento de anteontem. Ao mesmo tempo, o real se valoriza frente a outras moedas pela entrada de capital estrangeiro atraído pelas altas taxas de juros. Esse comportamento do dólar alivia preços de alimentos, combustíveis e produtos importados. Com isso, o mercado j á revisa para baixo as projeções de **inflação**. OIPCA fechado do ano, que chegou a ser estimado em 5,7%, já caiu para 5,25% no Boletim Focus divulgado segunda-feira.

O economista Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, diz que a **inflação** poderá encerrar o ano em 4,8%. Ele lembra que a queda do dólar já apareceu no IPCA de maio ao aliviar preços de bens duráveis, que ficaram 0,17% mais baratos no mês.

A ameaça a esse movimento é o conflito no Oriente Médio que pode aumentar o preço do petróleo. Mesmo assim, Cunha considera que a situação externa ainda é favorável, com commodities em queda no ano. O início de um acordo entre os EUA e a China, que deve crescer menos este ano, também traz menos pressão sobre preços. Os juros mais altos também esfriam a economia, com impacto nos preços no segundo semestre.

- É um ano muito difícil, com muita coisa acontecendo ao mesmo tempo. Mas, no curto prazo, as condições externas estão ajudando. Isso abre espaço para uma **inflação** mais baixa -afirma Cunha.

A guerra comercial promovida pelo presidente dos EUA,

Donald Trump, é outro fator a deixar o dólar mais fraco no mundo, aumentando as incertezas e a perspectiva de desaceleração da economia global, diz Fábio Romão, economista da LCA 4Intelligence.

-Chegou-se até a discutir, em um movimento raro, o papel do dólar como reserva de valor global.

Cunha lembra que, em outras crises, o dólar não cedia

como agora. A desvalorização vem como reflexo, diz, das turbulências fiscais americanas.

O câmbio mais benigno, combinado a fatores internos como safra recorde de grãos, clima favorável, aumento da oferta de aves em razão da gripe aviária que suspendeu exportações, têm ajudado a aliviar os preços de alimentos. Romão espera alta menor ou queda de preço nos supermercados já no mês que vem. Frango e ovos devem seguir em queda, reflexo da maior oferta. Carnes, frutas, tomate e até o azeite devem contribuir para o alívio, além da menor pressão nos preços do café, que sobem, mas com reajustes menores.

A alimentação no domicílio, depois de subir 1,31% em março e 0,83% em abril, ficou praticamente estável em maio,

com alta de 0,02%. A expectativa da LCA é de deflação para este subgrupo em junho, com queda de 0,32%, antes de voltar a subir a partir de agosto. No ano, a projeção de **inflação** da alimentação no domicílio da consultoria caiu de 7,7% para 7,3%. Cunha prevê taxa mais baixa; 6,5%.

Os bens industriais também devem desacelerar, embora ainda subam mais do que no

ano passado. Romão calcula que o grupo deve passar de alta de 2,9% em 2024 para 3,8% este ano, bem abaixo dos 4,3% projetados anteriormente.

-O câmbio vem apreciando e isso diminui essa pressão de repasse -diz ele.

O fluxo de capital estrangeiro foi outro fator-chave para sustentar o real, afirma Alexandre Maluf, economista da XP. Ele explica que esse movimento ajudou na valorização da moeda, junto com o bom desempenho das contas externas, apoiado por safras recordes e crescimento sólido das exportações, mesmo diante da alta das importações. Outro aspecto é que o Brasil tem crescido acima da média global e de outros emergentes nos últimos anos, lembra Maluf.

Dólar mais barato já teve reflexo nos preços de

eletroeletrônicos, automóveis e alimentos com maior peso de importação, como trigo e leite em pó, diz Maluf. Outros produtos sensíveis ao dólar, como computadores, videogames e roupas também vão subir menos este ano. No IPCA de junho, aexpectativa da XP é de deflação na alimentação no domicílio (-0,35%) e alta bem comportada de bens industriais (0,13%). No acumulado do ano, a corretora revisou a projeção de IPCA de 5,7% para 5,5%.

O Itaú também cortou projeções do IPCA e do câmbio para 2025, com o IPCA passando de 5,5% para 5,3% e o dólar de R$ 5,75 para R$ 5,65 em dezembro Segundo o banco, o dólar mais fraco frente a moedas de emergentes tem fortalecido o real, o que ajuda a aliviar custos de bens industriais e segura os preços dos alimentos com a queda do milho.

BC: ECONOMIA AQUECIDA

No **comunicado** sobre a alta da Selic para 15%, o Banco Central citou "a resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho", além de projeções de **inflação** "elevadas". Pelo mercado ainda estar aquecido, Romão chama atenção para a **inflação** de serviços, que deve fechar o ano com alta de 6,2%, o que mantém o consumo aquecido e abre espaço para reajustes de preços.

-Essa é a pulga atrás da orelha. É isso que preocupa o Banco Central -afirma ele, que projeta dólar voltando a subir, fechando o ano a R$ 5,80 em dezembro.

Na visão dele, os juros só devem começar a cair em março do ano que vem, quando a **inflação** deve finalmente ceder para abaixo de 5%, a 4,87%. Até lá, o BC deve esperar sinais mais claros de que a **inflação**, especialmente de serviços, perdeu força:

-O Banco Central vai esperar um pouco para, aí sim, começar a cortar os juros.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Após 3 meses, imposto zero para importação de alimentos teve pouco efeito sobre preços

A ação do governo federal, em março, de zerar a alíquota do imposto de importação de certos alimentos para aumentaras compras do exterior, e com isso, reduzir preços, não conseguiu mostrar resultados consistentes até o momento. Os dados fazem parte de levantamento feito, a pedido do Valor, pela área econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Seiviços e Turismo (CNC), com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Na lista de dez produtos beneficiados pela mudança, apenas dois tiveram crescimento nos envios em abril e maio e com recuo em preços: azeite de oliva e outros tipos de açúcares da cana (como refinado e cristal), frente ao mês imediatamente anterior.

Os dados sobre valores importados foram cruzados com variação de preços (IPCA/IBGE), com base na nomenclatura dos produtos informada na publicação da medida no "Diário Oficial".

Embora a isenção tenha sido anunciada para beneficiar as classes de menor renda, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mencionou dias antes do anúncio, o azeite teve o maior recuo de preço, medido pelo IPCA do IBGE - 1,5% em abril e 2,78% em maio. Mas trata-se de um item de consumo mais restrito por causa do custo (a embalagem de meio litro é vendida hoje por mais de R$ 30).

O açúcar, que também registrou aumento nas importações, mostrou recuo de 0,3% em abril e de 0,2% em maio.

Segundo o levantamento, em abril, os dez itens tiveram alta de 4,2% na importação frente ao mês anterior, para US$ 105,3 bilhões, mas em maio o recuo foi de 22,8% versus abril, para US$ 81 bilhões. No mesmo intervalo, o dólar médio mensal desvalorizou-se em cerca de 2%.

Neste grupo pesquisado não está o óleo de palma, que já tinha isenção, e houve aumento no limite, de 90 mil para 150 mil toneladas.

Ao se considerar o bimestre de abril e maio de 2025 versus o mesmo período do ano anterior houve diminuição de 7,7% nos envios ao país, para US$ 186,7 bilhões importados - a moeda americana valorizou-se em cerca de 11% nos 12 meses, pressionando mais os preços acumulados.

Três meses atrás, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, ao lado de outros ministros, divulgou a lista dos itens que passariam a ter tarifas de importação zeradas após 14 de março. Ainda estiveram no evento Carlos Fávaro (Agricultura), Paulo Tei-

xeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), Rui Costa (Casa Civil) e Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação Social).

No grupo com alíquota zero estavam carnes, sardinha, café torrado, café em grão, azeite de oliva, outros açúcares (não oriundos da cana), óleo de girassol, milho, massas e biscoitos. O imposto de importação variava de 7,2% a 32%, a depender do item.

O economista da CNC Fabio Bentes acredita que é possível concluir que, até o momento, a isenção não surtiu o efeito desejado de forma mais direta no preço. "Buscamos correlação, e não causalidade, na análise, por isso, estendeu-se o período de captura dos dados e ainda cruzamos com preços praticados", diz ele.

"Podemos dizer, com boa dose de segurança, que não houve efeito durante esses últimos meses. Há uma série de variáveis em paralelo, como o impacto pequeno dos produtos selecionados no índice geral da **inflação**, e o fato de que outros países também estarem sentindo, muitas vezes, a mesma pressão inflacionária", afirma.

Após março, a **inflação** dos alimentos consumidos em casa, medida pelo IPCA, perdeu força - de 0,83% em abril para 0,02% em maio -, mas devido ao recuo de preços numa cesta de itens que não incluía os produtos isentos após março.

A trégua em maio, segundo o IBGE, refletiu a redução do tomate, do arroz, do ovo e das frutas. Já as cames desossadas, com alíquota zero, subiram 0,97%; a sardinha, 0,84%; e as massas, 059%, mas o milho avançou menos: 0,21%.

No fim do mês passado, o Ministério da Agricultura celebrou a desaceleração nos preços após abril, atribuindo o movimento às medidas tomadas neste ano. O governo anunciou, além da redução na alíquota

de importação, o aumento de estoques reguladores e ações de estímulo para produtos da cesta básica no Plano Safra.

Procurado para comentar, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) disse que o aumento ou recuo de importações dos 11 produtos (incluindo óleo de palma) obedecem às "dinâmicas de mercado".

Reforça que a redução nas alíquotas foi adotada para contribuir na queda de preços, provocada principalmente por questões climáticas. Afirma que foi uma ação de caráter conjuntural, e que surtiu efeitos. Em abril, o Mdic relata que houve aumento de 32% nas importações em relação a fevereiro, último mês antes da medida.

Os dados obtidos pelo Valor mostram essa alta. O mês de fevereiro, mencionado pelo Mdic,

Inflação global e frete caro reduzem competitividade das importações, dizem executivos de varejo

apresentou o mais baixo nível de importação até o momento. Fevereiro de 2024 também foi o mês mais fraco daquele ano.

"Com a melhoria das condições adversas, muitos preços começaram a recuar e, considerando ainda a alta competitividade brasileira em diversos desses produtos, o mercado não teve necessidade de usar o mecanismo inte-gralmente", disse na nota.

O Valor contatou duas redes de atacarejo e uma distribuidora de alimentos, negócios que são responsáveis pelos pedidos de importação, e os executivos afirmam que não aumentaram as encomendas ao exterior após março.

"Não é só uma questão de tarifa, mas de condições para importar, de 'timing'", afirma o presidente de uma rede atacadista, que importa basicamente itens de bazar.

"Houve aumento no custo logístico e de frete no país nos últimos 12 meses. E já tivemos uma greve no porto de Santos em maio [dos auditores fiscais. Quando as mercadorias param á, a gente não sabe quando saem. Eu vou importar correndo esse risco? E com a hipótese de o frete tomar o produto mais caro do que aquele que já vendo aqui?", disse esse executivo.

A indústria alimentícia, assim

como a dos supermercados, participou das reuniões com o Alckmin antes do anúncio da isenção. Procurada, a Abia, associação da indústria de alimentos, não comentou o recuo nas importações no bimestre e em maio. Porém, celebrou a decisão do governo para o óleo de palma.

Em nota, a associação disse que o setor já consumiu 85% do teto da isenção (150 mil toneladas) e que isso pode reduzir pressões sobre os custos de produção de pães, bolos, biscoitos, margarinas e outros itens. A Abras, a associação nacional dos supermercados, não se manifestou.

Um distribuidor de alimentos industrializados de São Paulo disse que alguns dos produtos da lista já têm produção competitiva no país, com diversas marcas regionais, como em massas e biscoitos, o que não justifica a importação.

Pesquisa da Abras mostra a presença de 31 marcas de bolachas no país no ano passado, e em café, são 18 marcas. No açúcar eram 16, e no óleo, 8. Apesar disso, as lojas não oferecem todas as marcas disponíveis, mas isso indica que pode existir espaço para buscar oportunidades no mercado doméstico quando o preço sobe, afirma esse distribuidor.

Declarações recentes de fabricantes estrangeiros mostram um cenário complexo para se conseguir driblar as altas de preços pelo mundo. Entre esses impactos, estão crise climática e fortalecimento da moeda americana em diversos mercados, que eleva os preços.

Em abril, o executivo Srinivas Phatak, diretor financeiro interino da Unilever, com operação em cerca de 190 países, disse a analistas que os preços continuavam a subir sequencialmente no mundo por causa dos aumentos nas commodities.

O presidente do grupo, Fernando Fernandez, afirmou, na mesma teleconferência, que houve desaceleração nas vendas de janeiro a março na América Latina, onde o Brasil é mais da metade das vendas da empresa, e que a economia brasileira, que crescia 3,5% em 2024, estava crescendo 2% em abril.

Entre as mercadorias com isenção de imposto, o levantamento da CNC mostra, entre os destaques positivos, o café não torrado em grãos. Houve crescimento nos envios pela primeira vez no ano, em abril, apesar da queda em maio. Além dele, o óleo de girassol registrou, em maio, alta de quase 500% nos envios frente a abril.

Mas as carnes desossadas não foram tão bem. Embora as importações das carnes tenham acelerado em 23% em maio, após queda de 18% em abril, o desempenho mensal depois da tarifa zero ficou abaixo

de janeiro e fevereiro.

Quanto aos preços, pelo IPCA, as carnes estavam com valores estáveis em abril frente a março e subiram quase 1% em maio.

A intenção da medida, segundo disse o presidente Lula, uma semana antes do seu anúncio, era reduzir o preço da cesta básica, voltada principalmente para a população com menor renda.

"Café, ovo, milho estão muito caros e estamos tentando encontrar uma solução, queremos solução pacífica e, se não encontrarmos, tomaremos uma atitude mais drástica porque o que interessa é levar comida barata para a mesa do povo brasileiro", disse Lula, em evento.

O debate de medidas ocorreu num momento de forte pressão sobre o governo, pela escalada da **inflação** alimentar, com efeito direto na queda dos níveis de popularidade de Lula. Isso levou o presidente a cobrar dos ministros medidas urgentes que trouxessem algum resultado.

Durante a divulgação da tarifa zero, houve um apelo do vice-presidente e ministro, Geraldo Alckmin, para que Estados zeras-sem o ICMS sobre esses alimentos, para ajudar na medida de importação mais barata.

Só que mais da metade dos Estados informou, na época, que já isentava ou havia reduzido o imposto na cesta básica, logo não haveria impacto. Em São Paulo, isso já é zerado desde 2023, e no Rio de Janeiro, a taxa é reduzida.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188237?page=18&section=1

'Porta para novas altas na taxa Selic parece bem fechada'

Gabriel Caldeira e Gabriel Roca De São Paulo

O **comunicado** da decisão do Comitê de Política Monetária (Co-pom) do Banco Central na quarta-feira deixou uma "barra alta" para voltar a elevar a taxa Selic neste ciclo, segundo a avaliação de Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos. Embora o colegia-do tenha afirmado que poderá aumentar os juros básicos além de 15% caso o cenário se deteriore, Megale entende que, para isso, seria necessário uma reaceleração da atividade econômica ou da **inflação**, o que não parece provável.

"Achei que ele não fez uma descrição do cenário muito preocupado com a **inflação** e a atividade como elas estão hoje", diz o economista em entrevista ao Valor. Ainda assim, Megale considera que a decisão desta semana foi "boa" e afirma que, ao menos no curto prazo, a opção por realizar um aumento adicional da Selic e sinalizar por um período "bastante prolongado" de juros elevados deve conter a precifica-ção do mercado para o início do ciclo de flexibilização monetária. Além disso, o tom conservador pode afastar questionamentos à respeito da credibilidade da atual composição do Copom, segundo a avaliação do economista-chefe da XP.

Valor: Como avalia a decisão de elevara Selic em 0,25ponto?

Caio Megale: A decisão foi boa. O Copom está com sua projeção de **inflação** acima da meta e também vê as expectativas acima da meta. A atividade se mostrou forte, de forma que fez mais sentido ele subir e, eventualmente, poder cortar antes, do que não subir e identificar uma **inflação** que segue resistente, expectativas desancoradas, e ter se amarrado em não subir mais a Selic. Pelo balanço de risco e pelas projeções, fazia sentido entregar mais uma alta de juros.

Valor: Avalia a decisão mais no campo conservador ['hawk'] ou suave ['dove']?

Megale: Em termos absolutos, o Copom foi duro. Subiu a Selic, disse que vai ficar com o juro parado por muito tempo e que, se precisar, sobe mais. Agora, em termos relativos, quando você sobe os juros você está em movimento. A tendência é que a próxima reunião seja de um novo movimento na mesma direção. A discussão era quão aberta o colegiado ia deixar a porta para subir ou não na reunião de julho. O Copom subiu os juros, mas avalia que, olhando para frente, o cenário-base é interromper o aperto. Quando ele diz que vai deixar o juro parado por um tempo bastante prolongado, ele está dando uma sinalização sobre o tempo de manutenção dos juros e não indicando disposição de voltar a subir. A porta para novas altas parece bem fechada para a próxima reunião. Nesse sentido, a decisão foi 'dovish'.

Valor: O que seria necessário para retomaras altas de juros?

Megale: As projeções quase não se mexeram e ele disse que a atividade está um pouco forte. Vale apontar que ele deu uma suavizada na sua descrição sobre a atividade. Ele diz que o mercado de trabalho tem apresentado 'algum dinamismo'. Não parece uma descrição do cenário muito preocupada com a **inflação** e com a atividade como elas estão hoje. Eu também não vejo a atividade acelerando mais no curto prazo e a **inflação**, também no curto prazo, não deve ser muito diferente do que estamos vendo recentemente. Seria preciso uma piora da **inflação** e da atividade partin-

do de um nível já não muito confortável. Dos níveis atuais, ele parece es tar ok com a taxa de juro de hoje. Parece alta a barra para o Copom voltar a subir. Seria preciso uma deterioração da **inflação** e uma reaceleração da atividade para que eles mudassem de ideia.

Valor: Acredita que o Copom vai conseguir afastar a precificação de cortes pelo mercado?

Megale: Acredito que, no curto prazo, sim. É provável que vejamos uma probabilidade menor de alta da Selic em julho. Mas é possível que os cortes que estão precificados na virada do ano diminuam. Acredito que, nesse aspecto, ele vai ser bem sucedido no curto prazo. Mas também é verdade que esse cenário vai ficar muito sensível aos dados. O mercado é assim. Se sair um dado de atividade e de **inflação** mais baixo, o mercado vai voltar a colocar os cortes no cenário. É do jogo. Em outras palavras, o mercado vai prestar mais atenção aos dados do que na comunicação do Copom para colocar os cortes na curva.

Valor: Como interpreta a manutenção da projeção de **inflação** do Copom em 3,6% no horizonte relevante?

Megale: Veio em linha com nossa expectativa. Provavelmente o BC mudou seu cenário-base ao incorporar uma atividade mais forte. Ele tinha um hiato do produto [medida de ociosidade da economia] benigno, pouco apertado e que exibia uma trajetória em que ele ficava negativo rapidamente. Rodando as projeções, chegamos nos mesmos 3,6% revisando o hiato também. O câmbio jogaria as projeções para baixo, a inércia inflacionária menor também, mas, para o outro lado, ele agora tem um hiato mais apertado. Também é por isso que a bana está muito alta para o Copom voltar a elevar os juros. Porque ele já incorporou uma atividade mais forte no cenário-base.

Valor: Como avalia a comunicação do colegiado desde a última reunião de política monetária?

Megale: A comunicação andou

muito ao sabor dos acontecimentos de curto prazo. Foi volátil e sensível aos dados. Quando apareceram as tarifas do [presidente dos EUA, Donald] Trump, parece que a comunicação se movimentou rápido no sentido de um risco mais forte de desaceleração. Depois veio uma sinalização mais no sentido de focar nos juros paraclos. A comunicação, mais tarde, mudou para deixar a porta aberta para a alta de 0,25 ponto. Foi um período de muita volatilidade. Vieram ciados mais fortes de atividade. O câmbio veio para baixo e a **inflação**, na margem, veio um pouco melhor. Cresceu o risco de recessão global e depois diminuiu. O Copom já havia sinalizado que estava dependente dos dados. Como os dados foram vindo um para cada lado, as mensagens acabaram seguindo muito de perto esses acontecimentos. Causou uma certa confusão. Mas, para sermos justos, a verdade é que o cenário foi muito confuso entre as últimas reuniões. Seria desejável que a comunicação tivesse reagido menos aos acontecimentos, mas os acontecimentos foram fortes para um lado e para o outro.

Valor: Como interpreta a avaliação que o BC fez do cenário global?

Megale: Foi uma avaliação sere-

na. Ele diminuiu o risco global, mas cita também o aumento da tensão geopolítica. Como o cenário está muito difícil de ler e mudando muito, parece cedo para incorporar muitos vetores. É possível que haja uma piora forte da guerra e o petróleo vá para US$ 100 o barril, mas também é possível que um acordo de curto prazo faça os preços voltarem para US$ 65. A mesma situação vale para as tarifas e para a guerra comercial. Continua muito incerto para fazer uma avaliação de que o cenário global é positivo ou negativo e que recomenda mais ou menos juros. Ele está dando uma sinalização de que vai acompanhar e que o desenrolar do cenário externo será um fator decisivo para os próximos passos. É difícil o mundo mudar tanto a ponto do Copom subir ou cortar juros nos próximos um ou dois meses. Não parece estar no radar algo tão forte que faça eles saírem do cenário traçado.

Valor: É possível dizer que, após questionamentos, o BC recuperou sua credibilidade?

Megale: A discussão sobre credibilidade, dominância fiscal ou se o BC vai ser mais técnico ou menos técnico, vem ocorrendo desde o ano passado. E ela é natural, já que houve uma troca de comando, em um ambiente diferente, que é a primeira troca de comando de um BC independente. Essas dúvidas existiam e, até certo ponto, eram legítimas. Desde então, o Copom entregou três altas de 1 ponto percentual na virada do ano. Na reunião passada, havia uma discussão sobre elevação de 0,25 ponto ou de 0,50 ponto. Nesta reunião, a discussão era sobre 0 ou uma alta de 0,25 ponto. Todas as decisões, do ponto de vista de trazer a **inflação**

para a meta, foram sempre na direção mais dura. Embora a comunicação tenha sido mais difícil, o cenário também foi difícil. Mas ao observarmos com atenção, as decisões têm sido sistematicamente a de fazer uma política restritiva de trazer a **inflação** para a meta. Eles estão indo bem.

Valor: O que esperar das próximas comunicações oficiais do Banco Central?

Megale: Teremos dois eventos muito importantes até o próximo Copom. O primeiro deles é o Relatório de Política Monetária. Estamos em um momento de virada de semestre, em que ele sazonalmente pode revisar suas estimativas para o hiato do produto e para o juro neutro. Mas tem um evento mais importante que é a carta. O Copom vai precisar escrever uma carta explicando por que não cumpriu a meta. Vale lembrar que mudamos o regime de política monetária. Agora, está em vigor uma meta contínua de **inflação** e o Banco Central precisa escrever uma carta após seis meses de descumpri-mento da banda de **inflação**. Esse período será completado quando sair o 1PCA de junho. Ele vai ter uma oportunidade de explicar um pouco melhor qual o horizonte ele está mirando. Dado que o Copom não estará muito perto de alcançar a meta, ele pode justificar que, desta vez, irá buscar a convergência da **inflação** em um horizonte de tempo um pouco mais longo. Esse tema sobre como coordenar e compatibilizar projeções com o horizonte de convergência provavelmente será discutido na carta. Vai ser um evento importante para antecipar a

comunicação da reunião de julho do Copom.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188237?page=18&section=1

Aumento da taxa Selic eleva custo do crédito

A taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), que é a taxa básica de juros da economia, teve elevação para 15% ao ano nesta quarta-feira (18). A decisão foi tomada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central em uma tentativa de controlar a persistência da **inflação**. A taxa tem influência em outras taxas de juros no país, incluindo as de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras.

Nélio Bordalo Filho, economista e conselheiro do Conselho Regional de Economia dos Estados do Pará e Amapá (Co-recon), explica que a decisão é uma forma de "reancorar" as previsões de **inflação** no Brasil, que estão desalinhadas com a meta estabelecida pelo Banco Central.

O economista explicou que, ao aumentar a taxa Selic, o Co-pom destacou que as expectativas de **inflação** feitas por agentes econômicos estão mais altas que o desejado, o que, por sua vez, aumenta a incerteza sobre o futuro da **inflação** e da economia. "Para tentar 'reancorar' essas expectativas e trazer a **inflação** de volta à meta, o Banco Central tomou a decisão de aumentar a taxa de juros, mesmo sabendo que isso pode desacelerar a economia", disse Bordalo.

Atualmente, a taxa de **inflação** está acima da meta do governo, que é de 3%, e possui margem de variação de aproximadamente 1,5%. A **inflação**, especialmente em itens básicos do cotidiano como alimentos e energia, continua pressionando os preços. O núcleo da **inflação**, que permite fornecer informações precisas sobre a tendência dos preços, excluindo os preços mais voláteis, também está em níveis elevados. Outro fator que também influenciou a decisão do Banco Central foi a demanda elevada, em função da facilidade de crédito ao consumidor, que mantém a pressão sobre os preços dos produtos.

O cenário internacional também teve impacto no aumento, que foi de 0,25 ponto percentual em relação ao mês de maio deste ano. Além da política monetária dos Estados Unidos, o Copom também avaliou o impacto de tensões comerciais globais, especialmente o conflito entre Irã e Israel, que podem afetar a economia brasileira.

Nélio Bordalo explica que, com o aumento da taxa, o impacto imediato que o cidadão sentirá é o aumento do custo

do crédito, que implica nos juros elevados em empréstimos, financiamentos e cartões de crédito. O cenário reduz o poder de consumo das famílias.

O aumento das taxas de juros também reflete no encareci-mento de empréstimos e financiamento, como o de veículos e imóveis, e crédito pessoal. O cenário eleva as parcelas que têm que ser pagas, além de poder resultar no adiamento de compras ou diminuição de consumo de serviços não essenciais. "Isso afeta principalmente o varejo e o consumo de bens duráveis. Para os negócios, a alta da Selic dificulta o acesso ao crédito, especialmente para pequenas e médias empresas, o que pode levar à desaceleração de investimentos e expansão de operações", explicou.

No mercado de investimentos, por outro lado, a alta dos juros torna a renda fixa mais atrativa. Além de atrair investidores, pessoas que já têm investimentos em produtos financeiros como Tesouro Selic, Tesouro Direto e Certificado de Depósito Bancário (CDB) podem ter retornos maiores .

O aumento dos juros do crédito tem impacto direto nos setores de varejo e consumo cíclico, como moda e eletrodomésticos, segundo Bordalo, por dependerem de crédito para movimentar as vendas.

O setor imobiliário também é fortemente afetado com o aumento da taxa Selic, pois os financiamentos se tornam mais caros e menos acessíveis. Pequenas e médias empresas são prejudicadas pela dificuldade em acessar crédito, o que pode impactar o capital de giro e desenvolvimento de novos projetos. Setores que demandam investimentos em grande escala financiados por crédito, como construção e energia solar, também podem sentir os efeitos da alta dos juros.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138146-2006202505%20-%20866d5bf19f95019284132a7f2c047421.pdf

Ibovespa tem leve baixa após resultado do Fed

São Paulo - O Ibovespa chegou a firmar leve alta durante a fala do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, e ensaiou retomar, no fechamento, a linha dos 139 mil pontos, então bem mais perto da máxima (139.160,55) do que da mínima (138.443,11) da sessão.

No encerramento, contudo, mostrava leve perda de 0,09%, aos 138.716,64 pontos, com giro a R$ 32,9 bilhões na quarta-feira (18), relativamente reforçado em dia de vencimento de opções sobre o índice. Na semana, o Ibovespa avança 1,10% e, no mês, sobe 1,23% - no ano, acumula ganho de 15,32%.

A reação na bolsa brasileira foi relativamente neutra à decisão de política monetária do Federal Reserve, em linha com o esperado (manutenção dos juros), e também ao **comunicado** e às declarações do presidente do BC dos EUA. No meio da tarde, o índice chegou a se inclinar de forma mais definida ao campo positivo, ainda que levemente, pela contenção de perdas em Petrobras (ON -0,56%, PN -0,09%), com o Brent e o WTI passando a mostrar avanço, de 0,3%, no fechamento. Em Nova York, os principais índices de ações tiveram variação entre -0,10% (Dow Jones) e +0,13% (Nasdaq) no encerramento da sessão.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, Embraer (+3,99%), Minerva (+2,93%) e BRF (+2,10%). No lado oposto, Raízen (-4,32%), Vamos (-3,20%) e Cogna (-3,03%). Entre os grandes bancos, as perdas desta quarta-feira ficaram entre 0,23% (Santander Unit) e 0,77% (Bradesco PN) no fechamento.

Principal ação do Ibovespa, Vale ON caiu 0,33%, após ter chegado a ensaiar alta mais cedo.

A piora depois das 16h veio com a indicação, dada por Powell, de que a equipe do Fed ainda está atenta e cautelosa quanto a possíveis consequências da política tarifária adotada pelo governo americano. "Sabemos que os efeitos das tarifas virão, e estamos esperando para ver", disse o presidente do Fed.

"Tarifas foram o fator motivador das revisões para cima na **inflação**, e aumentos deste ano certamente pesarão na atividade econômica", aponta a economista-chefe da B.Side Investimentos, Helena Veronese. "O efeito total, no entanto, depende do nível em que estas tarifas serão estabelecidas", acrescenta.

"Sentimento piorou por conta das preocupações com a política comercial, e a incerteza está atipicamente elevada", diz a economista.

Expectativas - Ainda assim, com a comunicação e a entrevista de Powell na quarta, o mercado consolidou expectativas de que o Fed retomará cortes de juros a partir de setembro e reduzirá as taxas em 50 pontos-base neste ano, reporta a jornalista Laís Adriana, da Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Junto da decisão, o gráfico de pontos mostrou que a maior parte dos dirigentes prevê relaxamento em algum nível, com oito deles refletindo a mesma precificação do mercado.

"A atenção estava voltada também para as projeções, que mostraram uma piora nas estimativas de **inflação** nos Estados Unidos.

Também houve uma revisão negativa na projeção de crescimento, que passou de 1,7% (em março) para 1,4% neste ano e de 1,8% para 1,6% no próximo. A taxa de desemprego teve leve mudança", diz o estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz. Ele acrescenta que, nas projeções para os juros, a estimativa para este ano continua a indicar dois cortes na taxa do Fed.

"A maioria dos dirigentes agora prevê apenas mais um corte em 2026, o que levaria a taxa para algo em torno de 3,75% ao ano. A mediana ficou em 3,6%, mas, de qualquer forma, estamos falando de apenas mais um corte no próximo ano", diz Cruz.

"O que poderia assustar o mercado seria uma combinação de estabilidade nas projeções de crescimento com uma **inflação** bem acima dos 3%, o que exigiria uma retomada no ciclo de alta de juros. Como os dirigentes ainda projetam dois cortes neste ano, apesar da divisão interna, o mercado financeiro não deve reagir com força agora. Pode até haver algum alívio, considerando que já são dois meses desde o início da guerra tarifária e, mesmo assim, os dirigentes permanecem confiantes", observa também o estrategista da RB Investimentos.

Para Cruz, apesar da leve alta nas projeções de **inflação** para 3%, a leitura é de que se trata de um movimento passageiro e não de uma mudança

estrutural, o que ainda permite espaço para cortes de juros nos Estados Unidos. (Estadão Conteúdo) %

Site: https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br

Gigantes do turismo lideram última rodada de benefícios do Perse

Extinto ao atingir R$ 15 bilhões, o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) concedeu uma última rodada de benefícios, no valor de R$ 3,5 bilhões, nos primeiros meses de 2025. A partir de então, as empresas não puderam mais usar o programa. Os maiores beneficiários da última rodada foram grandes empresas do setor de turismo, lideradas pelo Airbnb, com R$48,5 milhões.

Em geral, as empresas destacam a relevância do Perse para lidar com as adversidades dos anos críticos da pandemia e os seguintes, evitando demissões e permitindo a retomada das atividades. Por outro lado, o governo viu no programa um problema, com alto custo aos cofres públicos em termos de renúncia de arrecada-ção, beneficiando empresas que já tinham superado a pandemia.

O Perse foi criado em 2021 para apoiar o setor de eventos e turismo, afetado pela pandemia. O benefício permitia que as empresas não pagassem os seguintes **tributos** federais: PIS, Cofins, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O benefício fiscal acabou sendo prorrogado por pressão do Congresso Nacional. Contudo, em 2024, a equipe econômica do governo Lula conseguiu inserir na lei que reformulou o Perse que o benefício seria extinto até dezembro de 2026 ou ao atingir o teto de R$ 15 bilhões. Além disso, foi reduzido de 44 para 30 o número de atividades econômicas que poderíam se enquadradas.

Segundo a **Receita Federal**, o teto de R$ 15 bilhões foi atingido em março deste ano. Com isso, a partir de abril o programa foi considerado extinto e as empresas tiveram que voltar a recolher os **tributos**. O corte foi considerado abrupto por algumas empresas, o que levou a críticas e judicializa-ção. Algumas empresas têm conseguido liminares para não voltar a recolher os **impostos**.

O caso do Perse mostra a dificuldade que existe para acabar com um benefício tributário depois que ele é instituído por lei. O Ministério da Fazenda promete apresentar ao Congresso uma proposta para cortar em 10% os incentivos tributários infracons-titucionais existentes a pessoas jurídicas, medida que vem sendo tentada desde governos anteriores, mas não saiu do papel.

"O problema no Brasil, em particular em questões que afetam as finanças públicas, é onde parar e até onde ir", afirma José Ronaldo Souza Jr, professor do Ib-mec/RJ e economista-chefe da Leme Consultores, lembrando que o Perse foi justificável na época da pandemia, em que o afastamento social prejudicou o setor.

"Infelizmente, os subsídios, os auxílios, as transferências de recursos acabam indo mais longe do que deveríam, demorando mais tempo, se estendendo e, em vários casos específicos, até aumentando", afirma o ex-diretor de macroeconomia do Ipea.

As dez maiores beneficiadas pelo Perse em 2025 foram:

Airbnb; Madero, com R$ 39,3 milhões; JB World Entretenimento, a dona do Beto Carreio, com R$ 39,2 milhões; Atlântica Hotéis, com R$ 28,3 milhões; e MSC Cruzeiros com R$ 27,8 milhões.

Completam a lista o restaurante Outback, com R$ 25,9 milhões; Lion Corp eventos, organizadora de feitas e congressos, com R$ 24,7 milhões, a dona do Rock in Rio, The Town e Lollapalooza Brasil, Rock World, com R$ 17,2 milhões, GR Serviços e alimentação (GRSA), fornecedora de serviço de alimentação para empresas e hospitais, com R$ 16,1 milhões, e Hub serviços de comunicação, com R$ 16 milhões.

Dos R$ 12 bilhões de benefício concedido em 2024, o iFood, principal beneficiário, respondeu por R$ 654 milhões. Atlântica, Madero, Outback, Airbnb e Rock World também estiveram no top 10 em 2024 quando o benefício foi aproveitado (declarado) por 15.678 empresas. Em 2025 foram 11.332 declarantes.

O perfil de grandes empresas serem as maiores é reflexo do desenho do programa, segundo João Amadeus, advogado especialista em direito tributário de Mar-torelli Advogados. O volume de desconto é proporcional ao tanto que essas mesmas empresas paga-

"Infelizmente, os subsídios acabam indo mais longe do que deveríam"

José Ronaldo SouzaJr

riam se não existisse o programa. Mas a distorção, para o advogado, está na liderança no Airbnb, que não é uma empresa de matriz nacional, o que deixa dúvida em termos da efetividade do direcionamento da política fiscal. "Será que uma atividade de intermediação é incentivar retomada da economia e setor de eventos? É para isso que o Perse foi desenhado? Parece-me que não", afirmou.

"Criou-se um sistema que beneficiou desproporcionalmente grandes corporações, deixando a maior parte do setor desassisti-da", afirmou Luis Eduardo Veiga, sócio do Veiga Advogados. Ele também critica o limite de R$ 15 bilhões e considera que a opção por um critério de corte fundado em valor numérico, e não temporal, comprometeu a capacidade de planejamento das empresas.

"Como o momento de esgotamento do teto não era objetivamente previsível, nem mesmo pela própria Receita, os contribuintes foram surpreendidos, sem prazo hábil para reestruturação de fluxos de caixa, revisão de contratos ou renegociação de dívidas."

Ao Valor o Airbnb informou que o Perse foi um programa importante para a retomada do setor de turismo, do qual faz parte. Enquanto se beneficiou do programa, o Airbnb disse que repassou o benefício relativo à alíquota zero de PIS e Cofins, que representou mais de 80% do total dos

valores apurados pelo Airbnb, para hóspedes e anfitriões por meio da diminuição cio valor pago como taxa de serviço por eles.

Líder em 2024, o iFood informou que sua adesão ao Perse cumpriu todos os critérios estabelecidos pela legislação, que contemplou a atividade de intermediação em seu escopo inicial, e foi confirmada pela Justiça em primeira instância. A empresa deixou de usar o benefício a partir de 2025. A plataforma informou que, durante a pandemia, direcionou mais de R$ 400 milhões em fundos de assistência a restaurantes e entregadores parceiros.

O Grupo Madero informou que fez uso do benefício pelo período previsto na regulamentação, mediante habilitação pela Receita em junho de 2024. "Este benefício foi fundamental para aliviar parcialmente o enorme impacto do endividamento absoivido pelas empresas do setor no período da pandemia, que continua e continuará prejudicando seus resultados."

O Outback Steakhouse reforçou que, assim como todo o setor de restaurantes, foi diretamente impactado pela pandemia. Ao aderir ao programa, a rede disse que pôde garantir a capacidade de manter o negócio em operação, proteger empregos e fomentar o crescimento, gerando novos postos de trabalho.

O Beto Carrero também informou em nota que o Perse foi essen-

cial durante a pandemia, em que, apesar das dificuldades, conseguiu manter todos os colaboradores, sem demissões. "Os custos elevados e a alta carga tributária tornam indispensável o apoio governamental, assim como acontece no exterior com grandes parques, como Disney e Universal", disse.

A Atlantica Hospitality International afirmou que o prejuízo acumulado nos anos críticos da pandemia foi muito superior ao que o benefício do Perse conseguiu compensar nos primeiros anos do programa. "A continuidade do Perse até 2025 representou uma compensação parcial desse rombo financeiro. Além disso, o programa foi concebido com vigência de cinco anos, exatamente por reconhecer que a recuperação do setor seria lenta e gradual", informou.

A Rock World disse que até hoje cerca de 60% do setor de entretenimento ainda não retomou os níveis de faturamento pré-crise e que utilizou o benefício do Perse como instrumento essencial para manter suas operações, preservar empregos e sustentar a cadeia produtiva da cultura e do entretenimento. "A empresa não realizou demissões e seguiu contribuindo ativamente para o setor", afirmou.

Procurada, a GR Serviços e Alimentação não quis se manifestar. MSC Cruzeiros, Lion Corp eventos e Hub serviços de comunicação não responderam até a conclusão desta edição.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188237?page=18&section=1